Por uma filosofia original brasileira decolonial

MARCOS MACHADO*

Resumo: Falar de filosofia no Brasil, como sendo aquela praticada aqui, não é o mesmo que falar da filosofia do Brasil, tipicamente brasileira, desenvolvida pelos povos originários para resolver seus problemas em seu tempo. Diante dessa questão, esta pesquisa visa encontrar uma filosofia original brasileira, desenvolvida e utilizada pelos povos indígenas antes mesmo da chegada dos europeus. Para tanto, levanta-se o seguinte problema: existe uma filosofia que tenha nascido a partir dos povos originários brasileiros? A metodologia empregada neste trabalho foi uma análise bibliográfica da história da filosofia brasileira. O resultado encontrado a partir de Paulo Margutti, que faz uma abertura para uma perspectiva pluritópica, a qual nos deu abertura para filosofias praticadas pelos povos originários, como o perspectivismo ameríndio, que pode ser utilizado para reforçar a harmonia social diante da intolerância existente na sociedade brasileira e do pensamento colonizado.

Palavras-chave: filosofia original brasileira; povos originários; perspectivismo ameríndio.

By an original brazilian decolonial philosophy

Abstract: To Talk Brazil philosophy, how as being that here practiced, is not the same as to talking about the Brazil philosophy, typically Brazilian, developed by the original peoples to solve problems in their time. Faced with this question, this research aims to find an original Brazilian philosophy, developed and used by indigenous peoples even before the arrival of Europeans. To this end, the following problem arises: is there a philosophy that was born from the original Brazilian peoples? The methodology used in this work was a bibliographical analysis of the history of Brazilian philosophy. The result found from Paulo Margutti, who opens up a pluritopian perspective, which gave us an opening to philosophies practiced by original peoples, such as Amerindian perspectivism, which can be used to reinforce social harmony in the face of existing intolerance in society Brazilian and colonized thought.

Key words: Brazilian; originals; methodology; original people.

* **MARCOS MACHADO** é Mestre no Ensino de Filosofia (Prof-Filo) pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e professor efetivo na Secretaria de Educação do Mato Grosso (SEDUC-MT), em Sorriso-MT.

1. Introdução

No presente artigo apresento a existência de uma filosofia original brasileira, desenvolvida pelos povos indígenas sem a influência ou interferência do colonizador europeu, portanto, criada aqui, para solucionar problemas desses povos que habitavam Pindorama[1], como se chamavam essas terras antes da chegada dos europeus. Tendo como objetivo retomar às origens do pensamento brasileiro não colonizado, para podermos refletir alguns problemas atuais, induzir outras buscas por outros pensamentos originários, demonstrando que existem filosofias praticadas por pessoas não letradas, como os indígenas tupinambá, contribuindo, dessa forma, para com o processo de descolonização do pensamento e, portanto, da educação filosófica brasileira.

Primeiramente é preciso deixar claro o que entendemos por filosofia. Para tanto, parto de duas definições, sendo a primeira de González Porta (2002), quando diz que a "Filosofia é o produto do filosofar". Entendo que esse produto (Filosofia) é o conhecimento adquirido por meio da reflexão (filosofar) causada por algum problema enfrentado; e a segunda definição, sendo a de Deleuze (1993), que nos coloca que "a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos". Logo, compreendo a filosofia como sendo o conhecimento estabelecido em forma de conceitos, criados pela reflexão diante de um problema. A partir dessa definição de filosofia, busco por esse conhecimento gerado aqui no Brasil pelos brasileiros originais, para resolver seus problemas sem a presença da filosofia europeia e sem a hermenêutica monotópica, sendo aquela narrativa da história dada sob a visão do colonizador, sem considerar a visão do colonizado.

É conhecido no meio dos filósofos brasileiros atuais, que existem diferentes interpretações da história da filosofia brasileira, afirmando que esta não existiu, ou, se existiu, não passou de uma réplica e reprodução da filosofia europeia, que chegou com o colonizador, para colonizar o pensamento dos povos originários e de todos os que aqui habitaram, desde o contato entre os povos originários com os europeus, até os dias atuais nos livros didáticos. Essa discussão sobre a possibilidade de uma filosofia original brasileira tem sido objeto de investigação desde o período colonial até os dias atuais a ponto de diferenciarem entre a filosofia no Brasil e a filosofia do Brasil, até chegar a ser dividida em quatro vertentes interpretativas (MARQUES e PINTO, 2024), das quais apenas uma faz a abertura para a possibilidade de uma filosofia original brasileira, criada aqui para solucionar problemas do seu povo. As demais vertentes valorizam e reconhecem, como filosofia, aquela trazida ou praticada pelos colonizadores, contribuindo para com o processo de construção e manutenção da colonização do pensamento brasileiro (MENDES, 2024), não considerando a organização política e religiosa dos povos que aqui já habitavam (MARGUTTI, 2013), e o relacionamento que este estabelecia com a natureza e com os outros (VIVEIRO DE CASTRO, 2018); (KRENAK, 2019); (CASÉ ANGATU, 2021), se relacionando, pela experiência com as

[1] Conforme Casé Angatú (2021), Pindorama que numa interpretação possível advinda das narrativas da população Tupy com a qual convivo seria a Terra das Palmeiras. Porém, Pindorama virou sinônimo de "Terra sem males" por possuir, além das Palmeiras, uma mata fértil, solo fecundo, águas em abundância, bichos de todos os tipos e repleta de seres não humanos encantadas/encantados.

coisas e os outros, para formar e moldar o seu eu.

De acordo com (MARQUES e PINTO, 2024, p. 26), Paulo Margutti (2020) que compõe a quarta vertente interpretativa da Filosofia brasileira, faz abertura para a flexibilização daquilo que entendemos por filosofia acadêmica, permitindo pensadores, pensamentos e obras não acadêmicas, serem reconhecidos e aceitos como filosóficos, e a partir de então, podemos afirmar que existe uma filosofia original brasileira, a qual pode e deve estar presente, tanto, na prática do dia a dia dos povos originários, quanto nas academias. A partir dessa flexibilização, cabe ainda elucidar, entre outras coisas, o seguinte problema: o que podemos entender como uma filosofia criada e praticada pelos povos originários brasileiros? É preciso aprofundar a compreensão de como seria a filosofia original brasileira, para podermos praticar a descolonização da mente dos povos brasileiros, em uma tentativa de atualizar os conceitos utilizados pelos povos originários, desde antes da chegada dos colonizadores, para solucionar problemas atuais, como a intolerância existente na sociedade brasileira.

Para responder o problema, foi definida como metodologia a revisão integrativa de textos, que abordassem o assunto sobre a possibilidade de os povos indígenas terem filosofado para sanar seus problemas, em seu tempo e em suas terras, antes da chegada dos europeus. A revisão bibliográfica permitiu fazer uma análise dos pensamentos ao longo da história da filosofia no Brasil, encontrando divergências e convergências que contribuíram para compreender a visão da filosofia brasileira, de modo a fomentar a busca pelo pensamento descolonial por meio da educação filosófica no âmbito escolar, nos livros didáticos e no imaginário brasileiro. Em última análise, a pesquisa visa contribuir para a construção da identidade filosófica nacional brasileira sem a influência dos colonizadores europeus.

O artigo está dividido em três seções. A primeira seção busca saber "Qual a importância de conhecer a filosofia original brasileira?" apresentando esse axioma para a descolonização do pensamento brasileiro. Já na segunda apresenta a interpretação da filosofia brasileira de Paulo Margutti, como sendo a quarta vertente interpretativa proposta por Marques e Pinto (2024). Na terceira seção apresenta o perspectivismo ameríndio de Viveiro de Castro (2018) como uma filosofia original brasileira. E a quarta e última seção será dedicada à aplicação da filosofia original brasileira (o perspectivismo ameríndio) para o processo de descolonização e de harmonia social.

2. A filosofia brasileira como problema de pesquisa

2.1. Qual é a importância de conhecer a filosofia original brasileira?

A filosofia enquanto conhecimento construído por meio da reflexão diante de um problema, na tentativa de solucioná-lo, se torna uma importante característica da identidade de um povo, enquanto elemento cultural imaterial, representando a capacidade intelectiva e reflexiva diante dos problemas enfrentados. Por esse motivo, desde o estudo do Brasil colonial, alguns pensadores e pesquisadores como Silvio Romero e Antonio Paim, buscaram por identificar essa filosofia criada pelos brasileiros em Pindorama, sem a interferência dos europeus colonizadores, o que segundo eles, não foi possível.

A filosofia original brasileira permanece um tema investigado por muitos e sua relevância para o estudo e ensino de Filosofia é evidente diante de temas atuais no contexto escolar e político-social, em que se busca libertar o pensamento que há muito foi colonizado e até atualmente têm-se fomentado e atualizado esse processo de submissão da nação brasileira aos países europeus, como destaca (TIBURI, 2021) "A atitude colonial implica a criação de visões de mundo, de denominações e de marcações preconceituosas em um circuito a ser imitado." Esta citação explicita a necessidade urgente que temos; de conhecer a filosofia original criada a partir dos povos indígenas que habitavam Pindorama. A identidade do brasileiro vista pelos países estrangeiros, o pensamento limitado e repetitivo da filosofia europeia, o sentimento de pequenez diante do mundo e a falta de conhecimento das capacidades dos povos originários brasileiros, são apenas alguns fatores que contribuem para essa questão, tornando imperativo que o povo brasileiro conheça sua filosofia original, para um processo de decolonialidade, conforme (MENDES, 2024).

A importância desse tópico é evidente, dada a pressão histórica dos países colonizadores sobre a intelectualidade do povo brasileiro. Além da insignificância que nós mesmos nos damos diante do mundo e a desvalorização das produções intelectuais originárias durante toda nossa história como nação. Dessa forma, compreender essas questões, é essencial para promover a nossa identidade e a tolerância no Brasil.

2.2 Abertura para a filosofia original brasileira

Para encontrar a filosofia original brasileira, consideramos o modelo que (MARQUES e PINTO, 2024) nos demonstra em sua pesquisa. O artigo aborda a questão da existência da filosofia brasileira a partir de quatro correntes interpretativas distintas. Sendo que as três primeiras vertentes possuem fundamentos questionáveis, enquanto a quarta vertente, representada por (MARGUTTI, 2013), apoiada na concepção descolonial, apresentou embasamentos que validam a existência da filosofia brasileira desde o período colonial, manifestada tanto em produções acadêmicas quanto extra-acadêmicas, consideradas como autênticas doutrinas filosóficas tupiniquins.

É possível, a partir da interpretação da filosofia brasileira de Paulo Margutti (2013), conhecermos e estabelecermos a filosofia original brasileira como sendo aquela praticada pelos povos indígenas que habitavam Pindorama, como, por exemplo, os povos tupinambás. Dentre as muitas práticas desses povos originários, temos a antropofagia, desconhecida por muitos, que a interpreta em analogia com o canibalismo. Enquanto aquela é um sistema religioso, social e político, este é o prazer em comer carne humana.

A partir da concepção de antropofagia, temos a questão da religião, que era praticada com outras aldeias formadas a partir da separação causada dentre o mesmo povo, Tupinambá, por questão de números de indígenas em uma mesma aldeia. Essa por sua vez, tendo o mesmo uso e costume, distanciava fisicamente de sua tribo de origem e posteriormente não se reconheciam mais, dando inicio às guerras religiosas e, portanto, à antropofagia.

Mas quando seus inimigos eram da mestra matriz cultural, seu sacrifício tinha como objetivo os valores compartilhados por eles, como valores religiosos que giravam em torno da vingança, tendo essa a honra e a ofensa como dois pilares para manter viva a memória dos seus antepassados. No entanto, caso a vítima demonstrasse sinais de fraqueza diante do sacrifício, este era considerado covarde e não era merecedor da Terra sem Mal, devendo ser liberto para vagar pela terra e ter sua alma atormentada pelos demônios, conforme nos apresenta Margutti,

> Cada tribo tupi vivia em guerra permanente com os vizinhos, qualquer que fosse a sua matriz cultural. Quando essa matriz era diferente, as lutas eram motivadas por disputas territoriais. Quando a matriz era a mesma, as lutas eram motivadas por uma visão de mundo culturalmente condicionada, que envolvia a realização de rituais antropofágicos. As características próprias dessa visão de mundo tornavam quase imperativa a captura de guerreiros pertencentes à mesma matriz cultural, pois esses partilhavam os mesmos valores dos captores e desempenhavam adequadamente o papel que deles se esperava nesses rituais. A vítima tinha que comportar-se como um guerreiro valente, capaz de discutir sem medo com o seu executor e os seus devoradores. Isso pode ser comprovado pela leitura de Hans Staden, que participou três vezes desses rituais, na posição de vítima a ser executada, e foi poupado porque chorou e pediu clemência em todas elas. (MARGUTTI, 2013, p. 180)

Porém, para que a alma de um indígena pudesse alcançar a Terra sem Mal, ele precisava ter vivido corajosamente, capturando e devorando muitos inimigos em defesa da sua comunidade. Era necessário que os homens tivessem tido ou uma vida de valor, baseada na vingança, pela execução dos inimigos e no ritual antropofágico; ou uma morte de valor, como vítima capturada pelo inimigo e no mesmo ritual, demonstrando coragem e orgulho por ser o motivo da vingança que viria por sua morte. Como Margutti nos coloca que:

> Em consequência, o inimigo ideal de um tupinambá era outro tupinambá. Antes de ser devorado, o prisioneiro capturado era tratado com consideração. Seus executores procuravam socializá-lo, oferecendo-lhe inclusive uma mulher, para que ele se mantivesse um homem em sentido integral, compreendendo e desejando o seu destino. (MARGUTTI 2013, p. 181)

Assim, é perceptível que era preferido que o inimigo capturado fosse um tupinambá de outra comunidade, ou seja, que fosse da mesma matriz cultural, mas que vivesse em uma aldeia diferente, pois assim eles partilhavam da mesma crença e métodos religiosos. Sendo que, se de um lado o executor estava tendo uma vida de valor, praticando a vingança de seus antepassados assassinados por aquela vítima ou por outros de sua aldeia, protegendo assim seu povo, por outro lado, a vítima estava tendo uma morte com valor, compreendendo que sua morte tinha significado, primeiro para que mantivesse viva a tradição da vingança que levariam as almas à Terra sem Mal, depois porque sua própria alma estaria indo para a terra prometida, uma vez que estava morrendo com coragem e seria motivo de vingança para seu povo.

Com isso, percebemos que até na antropofagia havia o respeito entre eles, uma vez que, antes de ocorrer o ritual da antropofagia, era necessária garantir que a vítima se mantivesse como homem no sentido integral, sendo tratado com todas as honrarias, sem que lhe faltasse nada.

Outra questão que podemos observar aqui, é que os indígenas tupinambá viviam, nas palavras de Margutti (2013), "uma religião da guerra." que proporcionava aos tupinambá, a salvação, tanto para o executor, como para a vítima, ninguém saia perdendo, uma vez que ambos seriam salvos no pós-morte.

Por isso, antes do ritual da antropofagia, era estabelecido um diálogo entre executor e vítima, em que um buscava despertar no outro a relação entre causa e efeito, como a causa do sacrifício e o efeito que este teria para ambas as aldeias em questão, para que os valores religiosos pudessem ser praticados diante da consciência de cada um perante seus destinos, como nos coloca Margutti:

> O executor perguntava ao condenado se ele tinha matado membros da sua tribo, e se estava preparado para morrer como um valente. Ao responder, o condenado afirmava ter matado muitos inimigos e reivindicava a vingança do executor, avisando-o de que seria vingado pelos seus. Como se pode ver, o embate verbal expressava o ciclo temporal da vingança, pois o passado do cativo, surgia como o de um matador, e o seu futuro, como o de uma vítima. (MARGUTTI 2013, p. 182)

Logo, o passado, o presente e o futuro se encontravam no ritual de antropofagia. Daí a importância da vingança para esse povo. Uma vez que além de defenderem sua honra, ou provocar a honra da tribo vizinha, ela também expressava o tempo, reconhecendo o passado de executor de muitas vítimas, o presente sendo vítima de um executor, e o futuro eterno na Terra sem Mal. Garantindo com isso o seu lugar na eternidade. Percebemos com isso que, na antropofagia havia a questão de considerar a perspectiva do outro. Logo, podemos estabelecer isso como um traço da Filosofia original brasileira, criada aqui para resolver problemas dos povos originários do Brasil.

Com isso, o perspectivismo ameríndio que nos traz Viveiro de Castro (2018), definido como sendo um mesmo espírito em vários corpos, exige que seja tomado o olhar do outro como perspectiva para compreensão de mundo, entendido como a realidade, a sua volta, considerando a interação de um sobre o outro, de forma que um não alcançaria a honra sem a ação do outro, como o executor na antropofagia que irá para a Terra sem Mal, por executar a vítima com respeito e consideração, e a vítima que se dedicará ao sacrifício para poder ir para o mesmo lugar. Dessa forma, um depende do outro para alcançar o descanso eterno e se realizar.

Esse perspectivismo, faz com que os indígenas entendam a natureza como sendo uma pessoa como ele e não diferente dele. Uma vez que, conforme Krenak, para os povos originários:

> A aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo 'não estou para conversa hoje', as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: 'Pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser' (KRENAK 2019, p. 10).

Viveiros de Castro (2018) coloca essa visão de seres diferentes que se veem da mesma forma que o perspectivismo ameríndio, que tem a característica de personificar todas as coisas que pretende

conhecer. O que significa que, para os indígenas, todos os seres cósmicos tem em si, um ponto de vista sobre o outro e "assim como nós olhamos para a onça com um olhar de predador e ela sendo a caça, ela nos olha também do mesmo modo", o mesmo ponto de vista para seres diferentes, "sentido único, mas referências múltiplas". Logo, assumir o lugar do outro para ver e interpretar o mundo a partir da visão dele e vice-versa, é como os indígenas se vêm, em harmonia com a natureza, de acordo com o que nos diz Casé Angatu:

> Uma prerrogativa que não é baseada na Terra como propriedade, mas como pertencimento à Natureza. Como costumo dizer e escrever, sendo um dos eixos dos meus estudos: enquanto indígenas não éramos, nem somos ou seremos donos da terra porque somos a própria terra. Nós escutamos e falamos com a Natureza Encantada, Sagrada e Ancestral e com os seres não humanos. Em nossa natureza não possuímos a lógica de exploração e mercantilização da terra e das relações humanas. (CASÉ ANGATÚ, 2021, p. 17)

O indígena compreende a natureza não como sendo o outro, mas como a si mesmo, compreendendo-a dessa forma, ele se coloca em uma relação simbiótica com ela, de forma que ambos têm a dar e a receber um do outro, em um cuidado vital mútuo. Essa mesma visão pode ser vista em Viveiro de Castro:

> Os sujeitos, tanto quanto os objetos, são concebidos como resultantes de processos de objetivação: o sujeito se constitui ou reconhece a si mesmo nos objetos que produz, e se conhece objetivamente quando consegue se ver de fora, como um isso. Nosso jogo epistemológico se chama objetivação; o que não foi objetivado permanece irreal e abstrato. A forma do Outro é a coisa. O xamanismo ameríndio é guiado pelo ideal inverso: conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido... (VIVEIRO DE CASTRO, 2018, p. 50)

Assim, para conhecer é necessário personificar os animais, os rios, as montanhas, o sol, a lua, as estrelas, enfim, tudo aquilo que se queira conhecer. Urge, todos que estejam em busca do conhecimento, assumir a perspectiva, o ponto de vista do outro, se colocar no lugar dele, para podermos conhecê-lo. Não se conhece o outro a partir da visão monofocal ou parafraseando Paulo Margutti, a partir de uma hermenêutica monotópica, ou seja, contada a partir do ponto de vista de quem detém o poder ou a vantagem sobre o outro, mas sim a partir de uma visão plurifocal ou uma hermenêutica pluritópica, considerando com isso a visão e a narrativa de todos envolvidos no processo do conhecimento. Para tanto, é preciso praticar o perspectivismo ameríndio, assim como os indígenas, que acreditavam que:

> As onças também são gente, são sujeitos de uma perspectiva tão poderosa quanto a dos humanos. Todavia, as onças e os homens não podem ser humanos simultaneamente e não podem, por tanto, estar de acordo sobre a verdadeira perspectiva (MARGUTTI 2018, p. 186).

Com isso, Margutti está afirmando que não há uma perspectiva absoluta, mas como colocam os indígenas, os animais são pessoas e têm o seu próprio ponto de vista. Dessa forma, se quisermos conhecer a filosofia original brasileira, devemos assumir o ponto de vista dos povos originários brasileiros e com isso, saber que mesmo não tendo sido formados em "Academias", "Escolas" ou "Liceus", os indígenas brasileiros

buscaram compreender o problema da convivência com o outro a partir do seu tempo, por meio do perspectivismo ameríndio. Portanto, essa seria a filosofia original brasileira que Gomes procura, quando afirma que:

> [...] o vital é reconhecermos que um pensamento é original não por superar sua posição – o que é impossível –, mas precisamente por dar forma e consistência a este tempo e apresentar uma revisão crítica das questões de sua época, aí tendo origem. O pensamento é superior não a despeito de ser situado, mas justamente por situar-se. (GOMES, 1994, p. 21).

A partir de então, podemos afirmar que a filosofia original brasileira é aquela que apresenta uma visão reflexiva dos problemas de sua época e de seu tempo. Ademais, se os indígenas tinham o perspectivismo ameríndio para compreender as relações com o outro, tomando como ponto de vista o olhar do outro para compreendê-lo e assim se relacionar uns com os outros, podemos com isso dizer que ele é um pensamento filosófico original brasileiro. Logo, é correto afirmar que o perspectivismo ameríndio brasileiro representa reflexões filosóficas para solucionar problemas dos povos originários brasileiros, como a questão de ética, por se tratar da busca pela felicidade, tanto individual quanto coletiva, que seria para a vítima, ser motivo de manter viva a religião da guerra, sendo motivo de vingança para seu povo e, para o executor, presentificar a memória dos ancestrais por meio da honra na vingança; também a questão religiosa, por ser uma busca, por ambas comunidades envolvidas, por alcançar a Terra sem Mal; e a principal questão presente no perspectivismo ameríndio é a epistemológica, personificando tudo aquilo que eles queriam conhecer, tomando para si a perspectiva do outro buscando a visão plurifocal para a compreensão do todo pelas partes envolvidas; e por fim, a questão cultural, por se tratar de uma característica do povo indígena tupinambá.

Dessa forma, é necessário não confundirmos o conceito de perspectivismo ameríndio de Viveiro do Castro (2022), que o define como [...] “um complexo de ideias e práticas cujo potencial de perturbação intelectual ainda não havia sido devidamente apreciado (se é esta a palavra que convém) pelos especialistas. Não obstante, sua vastíssima difusão no Novo Mundo.” com o sentimento de empatia, que conforme o dicionário de Filosofia Nícolas Abbagnano (2000), significa, “União ou fusão emotiva com outros seres ou objetos”. Logo, enquanto o perspectivismo está no campo do ponto de vista, portanto, da razão, para compreensão do outro, de si e da realidade a sua volta, a empatia está no campo das emoções e, portanto, dos sentimentos. A filosofia original brasileira fica explícita no que nos diz Casé Angatu:

> Entre alguns Tupinambá a natureza é repleta de seres não humanos e de ancestrais que encantaram. Isto é, os seres não humanos são também aqueles que deixaram a forma física humana e estão presentes através de diferentes dimensões e elementos da natureza.
>
> Dessa maneira nos educam e narram os pensadores e xamãs indígenas como Ailton Krenak (2019 e 1992), Davi Kopenawa (2015), Raoni Metuktire, entre outros sábios indígenas. Da mesma forma, ensinam os sonhos, as encantadas da natureza, anciãs, anciões, rezadeiras e parteiras que formaram meu ser indígena. Entre esses seres de luz que possuem como forma de ensinamento a oralidade, cantigas e benzas cito: Cy Cida, Dona

> Antônia, Cacique Alício, Anciã Amotara, Anciã Angelina, Ancião Candinho, Anciã Judith, Anciã Dinete. (CASÉ ANGATÚ, 2021, p. 18)

Portanto, o perspectivismo ameríndio de Viveiro de Castro (2018) pode ser visto como uma filosofia original brasileira praticada pelos povos originários, como os tupinambá, que têm a natureza, aqui entendida como a fauna e a flora, como sendo o outro personificados e, portanto, pessoas que devem ser consideradas e respeitadas, a título de conhecimento e convivência para uma construção do eu a partir do meu relacionamento com o outro, em forma de epistemologia indígena brasileira. Logo, o perspectivismo ameríndio pode ser considerado uma epistemologia brasileira original, considerar o outro, na relação de interação, para formar o conhecimento a partir da visão plurifocal, em um mesmo espirito, em corpos diferentes.

3. Considerações finais

As considerações finais deste artigo reforçam a evidência de uma filosofia brasileira autêntica e original, desenvolvida pelos povos indígenas de Pindorama, independentemente da influência europeia. Este estudo não só destaca a riqueza e a complexidade do pensamento pré-colonial, mas também sublinha a importância de reconhecer e valorizar as contribuições filosóficas dos povos indígenas. A análise das definições de filosofia, segundo González Porta e Deleuze, e da vertente interpretativa proposta por Paulo Margutti, segundo Marques e Pinto (2024), revelou a profundidade do perspectivismo ameríndio de Viveiro de Castro, que propõe uma compreensão do mundo através da personificação e da adoção da perspectiva do outro. Este entendimento filosófico promove uma descolonização do pensamento e contribui para a construção de uma identidade filosófica genuinamente brasileira.

Ademais, a integração da filosofia indígena na educação filosófica nacional é crucial para fomentar a tolerância e a harmonia social, além de valorizar a herança cultural e intelectual do Brasil. Este reconhecimento não apenas enriquece o panorama filosófico brasileiro, mas também promove uma visão mais inclusiva e diversificada do conhecimento. Concluímos, portanto, ressaltando a necessidade contínua de investigação e valorização das filosofias originárias, ampliando nossa compreensão e apreciação das contribuições filosóficas indígenas para a contemporaneidade brasileira. A continuidade deste estudo é vital para consolidar uma identidade filosófica que seja reflexo das diversas vozes e perspectivas presentes na história e cultura do Brasil.

Referências

CASÉ ANGATÚ, (José Carlos F. Santos). Tupixuara Moingobé Ñerana: autodeclaração indígena como retomada da indianidade e territórios. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 231, p. 13-24, 2021.

CERQUEIRA, L. A. **Filosofia brasileira**: ontogênese da consciência de si. Petrópolis: Vozes, 2002.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** 2 ed. São Paulo: Editora34, 1993.

DOMINGUES, I. **Filosofia no Brasil**: legados e perspectivas: ensaios metafilosóficos. São Paulo: Unesp, 2017.

GOMES, R. **Crítica da razão tupiniquim**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GONZÁLEZ PORTA, M. A. **A filosofia a partir de seus problemas**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras,2019.

MARQUES, L. A.; PINTO, L. R. As quatro vertentes interpretativas da Filosofia Brasileira. **Revista Educação e Emancipação,** São Luís, MA. V. 17, N. 1 , jan./abr.2024.

MARQUES, Lúcio Álvaro. **A lógica da necessidade:** O ensino de Rodrigo Homem no Colégio do Maranhão (1720-1725) [recurso eletrônico] / Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MENDES, Jallys. Um estudo decolonial sobre os livros didáticos de filosofia distribuídos pelo PNLD 2012, 2015 e 2018**. Revista Digital de Ensino de Filosofia** (REFilo). Santa Maria, RS. Abr. 2024.

PAIM, A. **História das ideias filosóficas no Brasil**.6. ed. São Paulo: Távola, 2007.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. **História da filosofia do Brasil** (1500 – hoje): 1ª parte: o período colonial (1500 – 1822). São Paulo: Edições Loyola, 2013.

ROMERO, Sílvio. **A philosophia no Brasil**. Porto Alegre: Deutsche Zeitung, 1878.

TIBURI, Marcia. **Complexo de vira-latas** [recurso eletrônico]. Análise da humilhação brasileira / Márcia Tiburi. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígina**. Disponível em: < http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_18_13_eduardo_viveiros_de_castro.pdf > acesso em: 14 de jul. 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Recebido em 2024-05-20
Publicado em 2024-10-04